



Tiago Branco*

A trapalhada do fim dos encaminhamentos gratuitos no transporte aéreo para turistas

Sem qualquer aviso prévio, sem ouvir órgãos das ilhas e as associações representativas dos açorianos, o Governo Regional decidiu pôr fim à existência de encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes no transporte aéreo interilhas.

Com a implementação desta medida, a par da suspensão do transporte marítimo de passageiros, dá-se uma verdadeira machadada na coesão regional, fazendo das ilhas com menos ou sem ligações aéreas diretas com o exterior menos atrativas do ponto de vista das acessibilidades e do custo da viagem.

Estamos perante a perda de competitividade turística de umas ilhas em relação a outras e isso significa um claro retrocesso no caminho que temos percorrido. Com esta decisão, um passageiro que opte por viajar em *lowcost* para os Açores e quiser viajar para a Horta, ou para qualquer outra ilha, já não poderá fazê-lo gratuitamente, aniquilando por completo o conceito de “aeroporto único regional”.

Mas a trapalhada é ainda pior quando não existe uma alternativa. O Governo diz que está a estudar uma alternativa. Mas a alternativa não devia ter sido estudada e apresentada aos açorianos antes da decisão unilateral do Governo? Claro que devia! Temos um governo que primeiro decide e só depois é que estuda! e, entretanto, são a economia das nossas ilhas que vão ficando para trás.

Não têm faltado protestos de estruturas empresariais, Conselhos de Ilha, nomeadamente o do Faial, que aprovou uma deliberação contestando tal decisão, a forma como foi tomada e a ausência de alter-

nativas numa altura em que nos aproximamos do verão IATA. Mas, para espanto, a deliberação não mereceu a aprovação unânime desse órgão, uma vez que os membros afetos aos partidos do Governo PSD, CDS e PPM ficaram-se pela abstenção, procurando, num ato doloroso, justificar o injustificável na defesa do Governo.

Tal como a Câmara da Horta, liderada pelo antigo deputado do PSD, que num contexto de Governação do Partido Socialista, teria, de imediato, juntamente com os membros Conselho de Ilha do PSD/Faial, rasgado as vestes na defesa do superior interesse do Faial e insurgindo-se contra uma medida destas tão penalizadora para a ilha.

Mas não, já não é assim.

Na Assembleia Regional, o PS propôs discutir o assunto, com urgência, mas a maioria PSD, CDS, PPM, IL e CH entenderam que não era urgente discutir o tema. O Secretário Regional dos Transportes não apareceu para esclarecer coisa alguma e os restantes membros do Governo presentes também não quiseram saber.

Entretanto, não há encaminhamentos, não há alternativa, não há transporte marítimo de passageiros, não há coesão regional. Há ilhas de primeira e ilhas de segunda na acessibilidade aos fluxos turísticos. Haverá Governo?

* Deputado do GPPS

Cristina Calisto visita obra do Auditório Ferreira da Silva em Água do Pau

A Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Cristina Calisto, acompanhada pelo Vice-presidente, Frederico Sousa, visitaram a obra do Auditório Ferreira da Silva, que está a decorrer na vila de Água de Pau. No âmbito da visita foi possível constatar a evolução desta obra, que segundo a edil “irá dotar a vila de Água de Pau de um espaço dinâmico e multicultural, podendo o Auditório Ferreira da Silva, no futuro, receber um diversificado conjunto de actividades, culturais e recreativas, desde espectáculos, concertos, festas e bailes, entre outras acções que irão dinamizar todo o concelho de Lagoa”.

A obra de recuperação e de requalificação deste importante imóvel patrimonial, foi adjudicada à empresa Caetano & Medeiros Lda., por um prazo de execução de seis meses, num investimento na ordem do meio milhão de euros, totalmente suportado por verbas próprias do Município.

Cristina Calisto reforçou que “este investimento dá bem nota da importância que o Município dá à cultura e à coesão territorial, num investimento que promove a descentralização de eventos no concelho, contribuindo assim de forma efectiva para o desenvolvimento harmonioso de todo o território”.



De referir que o Executivo da Câmara Municipal de Lagoa acompanha semanalmente o desenvolvimento dos

trabalhos, com reuniões de obra, entre a empresa de fiscalização, Norma Açores, e a empresa construtora, por for-

ma a inteirar-se do bom decorrer desta requalificação e responder com prontidão a todas as eventuais necessidades.